

ABUSO DO PROCESSO

Editora Direito Contemporâneo Conselho Editorial

Betina Grupenmacher, Carlos Eduardo Hapner, Carlos Roberto Barbosa Moreira, Cassio Scarpinella Bueno, Clèmerson Merlin Clève, Eduardo Arruda Alvim, Eduardo Talamini, Egon Bockmanm Moreira, Elizabeth Carrazza, Flávio Luiz Yarshell, Georges Abboud, Humberto Dalla, Ingo Wolfgang Sarlet, José Manoel de Arruda Alvim Netto (*in memoriam*), José Roberto dos Santos Bedaque, José Rogério Cruz e Tucci, Luís Guilherme Bondioli, Luiz Guilherme Marinoni, Marçal Justen Filho, Marcelo Figueiredo, Mairan Maia Jr., Maurício Figueiredo Corrêa da Veiga, Nelson Luiz Pinto, Octavio Fischer, Otávio Luiz Rodrigues, Pablo Stolze Gagliano, Paulo César Pinheiro Carneiro, Paulo Henrique dos Santos Lucon, Roque Carrazza, Sérgio Cruz Arenhart, Sérgio Seiji Shimura, Sérgio Rizzi, Sílvio de Salvo Venosa, Thereza Diniz de Arruda Alvim.

Conselho Internacional

Christoph Kern, Eduardo Oteiza, Francisco Verbic, Luca Passanante, Marco Gradi, Paula Costa e Silva, Silvana Dalla Bontà.

Conselho de Relações Internacionais

Antonio do Passo Cabral, Antonio Gidi, Daniel Mitidiero, Marcio Mafra.

Conselho Científico

Alexandre Freire, Bruno Dantas, Dierle José Coelho Nunes, Eduardo Lamy, Elias Marques de Medeiros, Fabiano Carvalho, Fábio Monnerat, Geraldo Fonseca, Gilson Delgado Miranda, Heitor Sica, José Alexandre Oliani, José Maria Câmara Júnior, Henrique Ávila, Leonardo Ferres da Silva Ribeiro, Luis Eduardo Simardi, Luiz Henrique Volpe Camargo, Luiz Manoel Gomes Júnior, Márcio Bellocchi, Marcus Vinícius de Abreu Sampaio, Osmar Paixão Córtes, Patrícia Pizzol, Paulo Magalhães Nasser, Pedro Miranda de Oliveira, Renato Opice Blum, Ricardo de Carvalho Aprigliano, Rita Nolasco, Rodrigo Fux, Rodrigo Gomes de Mendonça Pinheiro, Rodrigo Otávio Barioni (*in memoriam*), Rogéria Dotti, Rogerio Licastro Torres de Mello, Ronaldo Cramer, Thiago Rodovalho.

Conselho de Redação

Anselmo Prieto, Anwar Mohammed, Arthur Arsuffi, Beline Nogueira Barros, Berenice Soubie Nogueira Magri, Carolina Uzeda, Christian Vieira, Claudia Cimardi, Claudia Schwerz, Cristiane Druve, Daniela Peretti D'Avila, David Pereira Cardoso, Edouard Dardenne, Fabiana Ramos, Guilherme Takieshi, João Ricardo de Camargo, Luciano Telles, Pedro Arruda Alvim Wambier, Renato Montans, Ricardo Nacle, Roberta Tarpiniam, Smith Barreni, Stella Economides Maciel, Victor Miranda.

Paulo Henrique dos Santos Lucon

ABUSO DO PROCESSO



2024

Editora Direito Contemporâneo

Sócios fundadores Rafael Arruda Alvim Pinto, Felipe Toledo Moreira, Teresa Arruda Alvim
Diretor Comercial Rafael Arruda Alvim Pinto
Diretor de conteúdo Felipe Toledo Moreira
Editora Cristiane Faria
Produção gráfica Microart Design Editorial
Impressão e encadernação Edições Loyola

© desta edição [2024]

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais). O autor goza da mais ampla liberdade de opinião e de crítica, cabendo-lhe a responsabilidade das ideias e dos conceitos emitidos em seu trabalho.

Data de fechamento da edição: 30.05.2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Lucon, Paulo Henrique dos Santos Abuso do processo / Paulo Henrique dos Santos Lucon. – 1. ed. – São Paulo : Editora Direito Contemporâneo, 2024.

Bibliografia.
ISBN 978-65-85269-09-4

1. Direito processual civil - Brasil 2. Direito processual 3. Ordenamento jurídico 4. Processo (Direito) - Brasil I. Título.

24-207966

CDU-347.9(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito processual 347.9(81)
Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Agradecimentos e dedicatória

A gratidão é uma forma de expressar o reconhecimento às pessoas que sempre estiveram ao seu lado na vida e na construção de uma obra que reputo de grande importância para o direito brasileiro.

Esse é o sentimento que vem após passar a longa e desafiadora elaboração deste livro.

Em primeiro lugar, quero expressar o meu amor e gratidão à minha querida mulher, Vera Cristina Vieira de Moraes Lucon e à nossa linda família, dedicando a ela esse trabalho. Aos nossos filhos, Maria Clara, Henrique, Maria Fernanda, Laura, Thaís, Ricardo e Daniel, por todo o apoio nessa incrível jornada. Ao meu irmão, Oswaldo, sempre ao meu lado, nas alegrias e desafios da vida. Nossos pais, professores dedicados e exemplares e pessoas de caráter inabalável e trabalhadores, foram fundamentais para o que somos hoje. Você é um batalhador e vencedor. A Carlos Augusto Vieira de Moraes e Vera Cecília Vieira de Moraes, pessoas maravilhosas que Deus me colocou na frente.

Um especial agradecimento a André Orthmann, João Pedro Biazzi e Raul Longo Zocal, pelos importantes debates, fundamentais para o aperfeiçoamento da tese. À Ester Sicchieri, sempre presente.

Sem todos eles, a jornada na construção deste estudo seria impossível.

Arcadas, outono de 2024.

PAULO HENRIQUE DOS SANTOS LUCON

Lista de abreviaturas, acrônimos e siglas

ABA	American Bar Association
AgRg	Agravo Regimental ou Agravo Interno
Art. ou art.	artigo de lei ou ato normativo
Cap. ou cap.	Capítulo ou capítulo
CC	Código Civil
CC/16	Código Civil de 1916 (Lei n. 3.071/1916)
CDC	Código de Defesa do Consumidor
Cf.	Conferir
Cit.	citado(a)
Civ.	cível ou civil
CP	Código Penal
CPC	Código de Processo Civil
CPC/73	Código de Processo Civil de 1973
CPC/15	Código de Processo Civil de 2015 (Lei n. 13.105/15)
EC	Emenda Constitucional
EDcl	Embargos de Declaração
<i>Id.</i>	<i>idem</i> – o mesmo
<i>Id. ibidem</i>	<i>idem ibidem</i> – no mesmo lugar
j.	juízo
LC	Lei Complementar
LEC	Ley de Enjuiciamiento Civil (Espanha)
LOMAN	Lei de Organização da Magistratura Nacional – Lei Complementar n. 35/79
Min.	Ministro
MP	Ministério Público
NCPC	Novo Código de Processo Civil
<i>Op. cit.</i>	<i>Opus citatum</i> – obra citada

Pub. ou pub.	Publicação
RE	Recurso Extraordinário
REsp	Recurso Especial
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
T.	Turma
TJDFT	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
TJMG	Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
TJSP	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
TRF	Tribunal Regional Federal
<i>v.g.</i>	<i>verbi gratia</i>

Sumário

AGRADECIMENTOS E DEDICATÓRIA	5
LISTA DE ABREVIATURAS, ACRÔNIMOS E SIGLAS	7
I. BASES ESTRUTURAIS	17
1. Importância do tema e conceito de abuso do processo	17
2. Processo como instrumento ético	31
3. Segue: ética, boa-fé e deontologia	33
4. Responsabilidade processual, ilícitos processuais e sucumbência	38
5. Segue: estímulos e desestímulos aos comportamentos abusivos	43
6. Litigância improcedente, litigância infundada, litigância repetitiva, litigância de má-fé, litigância temerária, litigância predatória (associativa ou não) e litigância abusiva: distinções terminológicas necessárias e pontos de contato	47
7. Plano de estudo	53
II. PERFIL HISTÓRICO	55
8. Introdução: relevância do estudo da história do abuso do processo	55
9. Direito romano	56
10. Direito medieval europeu (em especial direito visigótico)	75
11. Direito lusitano	82
12. Direito brasileiro anterior	95
13. Conclusão do capítulo	101
III. DIREITO E PROCESSO: ABUSO DE DIREITO E BOA-FÉ.....	103
14. Introdução: abuso do direito e boa-fé	103
15. Boa-fé objetiva como princípio e sua importância no processo	107
16. Preocupação sistêmica com a hipótese de exercício jurídico desproporcional	117
17. Construção dogmática brasileira em torno do abuso do direito, boa-fé e comportamento contraditório	122

18.	Considerações iniciais sobre espécies operativas: venire contra factum proprium, tu quoque e supressio	125
19.	Abuso de direito processual e litigância de má-fé. Necessária distinção	129
20.	Boa-fé e limites ao exercício dos direitos processuais	136
21.	Conclusão do capítulo	139
IV.	ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO E PSICOLOGIA COMPORTAMENTAL NO ABUSO DO PROCESSO	141
22.	Introdução	141
23.	Análise econômica do direito	142
24.	Análise econômica do direito processual	148
25.	Análise econômica do abuso processual	159
26.	Psicologia comportamental no direito processual	165
i.	Limites à análise econômica do direito e bases da psicologia comportamental	165
ii.	Perseguição ou efeito intimidatório processual (“stalking processual”, “chilling effect” ou “vexatious litigation”)	167
iii.	Personalidade querelante	168
27.	Conclusão do capítulo e perspectivas de encaminhamento: de lege lata e de iure condendo	170
V.	NOVAS TECNOLOGIAS FRENTE AO ABUSO DO PROCESSO	173
28.	Alocação de recursos no combate ao abuso do processo com as novas tecnologias	173
29.	Preocupação institucional do Estado brasileiro frente ao abuso do processo	175
30.	Ferramentas tecnológicas, incluindo inteligência artificial, para a contenção do abuso do processo	181
31.	Abuso do processo na tutela de direitos coletivos e papel das novas tecnologias	186
32.	Conclusão do capítulo	189
VI.	DEVERES PROCESSUAIS E SANÇÕES PROCESSUAIS	193
33.	Introdução	193
34.	Exposição dos fatos conforme a verdade (77, inc. I)	197

35. Não formular pretensão ou apresentar defesa quando cientes de que são destituídas de fundamento (art. 77, inc. II).....	199
36. Não produzir provas e não praticar atos inúteis ou desnecessários à declaração ou à defesa do direito (art. 77, inc. III).....	201
37. Cumprir com exatidão as decisões jurisdicionais, de natureza provisória ou final, e não criar embaraços à sua efetivação (art. 77, inc. IV e art. 139, inc. IV)	203
38. Segue: cumprimento de decisões pelo representante (art. 77, § 8º)...	205
39. Declinar endereço residencial ou profissional e manter atualizados os dados cadastrais (art. 77, incs. V e VII).....	208
40. Atentado (art. 77, inc. VI).....	210
41. Atos atentatórios à dignidade da justiça e multa processual por seu descumprimento.....	212
42. <i>Contempt of court</i>	214
43. Utilização de expressões ou condutas ofensivas (art. 78, caput e §1º).....	216
44. Conclusão do capítulo	217
VII. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ.....	219
45. Introdução.....	220
46. Deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso (art. 80, inc. I)	225
47. Alterar a verdade dos fatos (art. 80, inc. II). Omissão culposa. Dever de sinceridade e completude.....	228
48. Usar o processo para conseguir objetivo ilegal (CPC, art. 80, inc. III).....	234
49. Opuser resistência injustificada ao andamento do processo (art. 80, inc. IV)	236
50. Proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo (CPC, art. 80, inc. V).....	238
51. Provocar incidente manifestamente infundado (CPC, art. 80, inc. VI).....	240
52. Notas preliminares do abuso do exercício do direito de recorrer	241
i. Introdução.....	241
ii. Recurso com intuito manifestamente protelatório (CPC, art. 80, inc. VII)	243

iii. Agravo interno manifestamente inadmissível ou improcedente (CPC, art. 1.021, §§ 4º e 5º)	243
iv. Embargos de declaração manifestamente protelatórios (CPC, art. 1.026, §§ 2º a 4º).	247
53. Litigância de má-fé na arbitragem (Lei nº 9.307/96, art. 27).....	250
54. Multa e perdas e danos por litigância de má-fé	252
55. Conclusão do capítulo	257
VIII. ATOS ATENTATÓRIOS À DIGNIDADE DA JUSTIÇA.....	259
56. Introdução	260
57. Atos atentatórios à dignidade da justiça e a atuação preventiva ou repressiva de qualquer ato contrário à dignidade da justiça (art. 139, inc. III)	263
58. Não cumprir com exatidão as decisões jurisdicionais, de natureza provisória ou final, e não criar embaraços à sua efetivação (art. 77, incs. IV c/c §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 5º).....	264
59. Praticar inovação ilegal no estado de fato de bem ou direito litigioso (art. 77, incs. VI c/c §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 7º).....	265
60. Depositário infiel (CPC, art. 161, parágrafo único) e curador infiel (CPC, art. 739, § 2º)	268
61. Não comparecimento injustificado à audiência de conciliação (CPC, art. 334, § 8º)	269
62. Fraudar a execução (CPC, art. 792 c/c art. 774, inc. I) na pendência de processo de conhecimento ou executivo. Desconsideração da personalidade jurídica e fraude (CPC, art. 137)	275
63. Opor-se maliciosamente à execução, empregando ardis e meios artificiosos (CPC, art. 774, inc. II)	279
64. Dificultar ou embaraçar a realização da penhora (art. 774, inc. III) ..	280
65. Resistir injustificadamente às ordens judiciais (art. 774, inc. IV).....	280
66. Não indicar quais são e onde estão os bens sujeitos à penhora e os respectivos valores, nem exibir prova de sua propriedade e, se for o caso, certidão negativa de ônus (art. 774, inc. V).....	281
67. Suscitação infundada de vício na arrematação (CPC, art. 903, § 6º). ..	282
68. Embargos à execução manifestamente protelatórios (art. 918, parágrafo único)	284
69. Multa e outras sanções	284

70. Conclusão do capítulo	286
IX. ABUSO DO EXERCÍCIO DO DIREITO DE DEMANDAR	289
71. Introdução	289
72. <i>Sham litigation</i> e sua aplicação no Brasil	292
73. Abuso de demandar, pressupostos processuais e condições da ação	297
74. Abuso de demandar e fundamentos da petição inicial	309
75. Abuso de demandar e formulação do pedido	311
76. Controle judicial do abuso de demandar	313
77. Conclusão do capítulo	316
X. ABUSO DO PROCESSO NO CURSO DA RELAÇÃO JURÍDICA PROCESSUAL	317
78. Objeto do capítulo	317
79. <i>Venire contra factum proprium</i> no processo civil	318
80. <i>Supressio</i> no processo civil	326
81. <i>Tu quoque</i> no processo civil	330
82. Dever de mitigar o prejuízo (duty to mitigate the loss) no processo civil	332
83. Regra da eventualidade segundo à boa-fé	338
84. Abuso do direito e suas repercussões no processo: tutela da evidência	344
85. Encaminhamento necessário e conclusão do capítulo	351
XI. ABUSO DO PROCESSO NA DINÂMICA PROBATÓRIA	355
86. Objeto do capítulo	355
87. Admissibilidade da prova e suas limitações	357
88. Abusos na produção das provas	360
89. Valoração racional da prova	368
90. Segue. Valoração de provas em espécie	371
91. Segue. Valoração da prova emprestada e dever de coerência	375
92. Dever de veracidade e valoração das condutas processuais	378
93. Conclusão do capítulo	381

XII. ABUSO DO PROCESSO NO EXERCÍCIO DO DIREITO DE RECORRER	385
94. Objeto do capítulo	385
95. Interesse recursal e abuso na interposição do recurso	387
96. Segue: ausência de dialeticidade e revelação do abuso de recorrer..	389
97. Segue: proibições decorrentes da boa-fé e abuso de recorrer.....	395
98. Sanções ao abuso de recorrer	399
99. Desistência e abuso.....	402
100. Conclusão do capítulo	405
 XIII. ABUSO DO PROCESSO E EXECUÇÃO.....	 407
101. Objeto do capítulo	407
102. Responsabilidade do exequente e boa-fé.....	408
103. Deveres do executado e atos atentatórios à dignidade da justiça	413
104. Boa-fé e adoção de medidas executivas	417
105. Boa-fé e terceiros	424
106. Conclusão do capítulo	425
 XIV. ABUSO DO PROCESSO EM PROCESSO AUTÔNOMO COM DECISÃO TRANSITADA EM JULGADO	 427
107. Introdução.....	427
108. Processo fraudulento e processo simulado	428
109. Abuso do processo, ação rescisória e ação anulatória na arbitragem	434
i. Introdução.....	434
ii. Ação rescisória de decisão por prevaricação, concussão ou corrupção do juiz (CPC, art. 966, inc. I). Ação anulatória por prevaricação, concussão ou corrupção do árbitro (Lei nº 9.307/96, art. 32, inc. VI).	435
iii. Ação rescisória de decisão por juiz impedido ou por juízo absolutamente incompetente (CPC, art. 966, inc. II).....	439
iv. Ação rescisória de decisão que resultar de dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida (CPC, art. 966, inc. III).....	440
v. Ação rescisória fundada em prova cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou venha a ser demonstrada na própria ação rescisória (CPC, art. 966, inc. VI).....	443

110. Abuso do processo e coisa julgada obtida em fraude.....	445
111. Conclusão do capítulo	447
XV. EXERCÍCIO ABUSIVO DE PODERES PELOS JULGADORES	449
112. Considerações iniciais.....	449
113. Juiz estatal: deveres e sanções	453
i. Poderes-deveres dos julgadores e seu exercício abusivo	453
ii. Sanções aplicáveis e extensão da responsabilidade dos juízes.....	458
114. Juiz privado: deveres e sanções no âmbito da arbitragem.....	461
i. Fontes diferenciadas de deveres e regime de responsabilização do árbitro.....	461
ii. Conteúdo da imparcialidade e da independência do árbitro	466
iii. Dever de revelação: função e conteúdo	468
iv. Abuso de situação jurídica pelo árbitro: deixar de revelar nos parâmetros legais	471
115. Conclusão do capítulo	474
XVI. ABUSO DOS DIREITOS PROCESSUAIS E DEVERES DO ADVOGADO	475
116. Introdução	475
117. Ética e disciplina do advogado	480
118. Culpa grave, dolo e negligência	486
119. Proposições	490
XVII. ENCERRAMENTO	493
120. Conclusão	493
XVIII. BIBLIOGRAFIA	497



Editora Direito
Contemporâneo